

MENSAGEM Nº 568

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **VIVIAN LOSS SANMARTIN**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **VIVIAN LOSS SANMARTIN** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de novembro de 2021.

EM nº 00210/2021 MRE

Brasília, 21 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **VIVIAN LOSS SANMARTIN**, ministra de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Namíbia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **VIVIAN LOSS SANMARTIN** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 901/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 04 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/11/2021, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2985575** e o código CRC **BA82E6B3** no site:



https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008258/2021-87

SEI nº 2985575

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE VIVIAN LOSS SANMARTIN

CPF.: 635.254.020-15

1965 Filha de Zeniro José Sanmartin e Maria Edi Loss Sanmartin. Nasce em Porto Alegre - RS, em 12 de maio.

Dados Acadêmicos:

1990 Letras pela Pontífica Universidade Católica / RS, 1990.

1993 CPCD IRBr, 1993

2003 CAD IRBr, 2003

2009 Curso de Altos Estudos (CAE), IRBr. Tese: "A terceira nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia: repercussões sobre a integração gasífera no Cone Sul e a atuação diplomática brasileira na região".

Cargos:

1994 Terceira-secretária

1999 Segunda-secretária

2004 Primeira-secretária, por merecimento

2007 Conselheira, por merecimento

2010 Ministra de segunda classe, por merecimento

Funções:

1994-97 Divisão do Meio Ambiente, assistente

1997-99 Embaixada em Moscou, terceira e segunda-secretária. Chefe dos setores cultural e de imprensa.

1999-2003 Missão junto à CEE, Bruxelas, segunda-secretária. Responsável pelos setores de política interna e externa da UE; responsável pela coordenação das relações ALC-UE.

2003-06 Embaixada em Assunção, segunda e primeira-secretária. Chefe de Gabinete do embaixador; chefe do setor econômico e de Mercosul.

2006 Departamento de Integração, assessora

2007-08 Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis, chefe

2008-12 Embaixada em Buenos Aires, conselheira. Chefe do setor de energia; chefe do SECOM.

Embaixada do Brasil em Viena, ministra-conselheira. Chefe da Chancelaria. Responsável pela coordenação dos setores de administração, de política interna e externa; cultural e de educação; de imprensa; consular; SECOM e dos temas multilaterais acompanhados pelo posto junto aos escritórios das Nações Unidas com sede em Viena (UNODC, UNOOSA, UNCITRAL) e à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO); bem como junto à Academia Internacional Anticorrupção (IACA) e à organização Energia Sustentável para Todos (SEforAll)

2018- Embaixada em laundê (cumulativa com o Chade), junho de 2018. Chefe do posto.

Condecorações

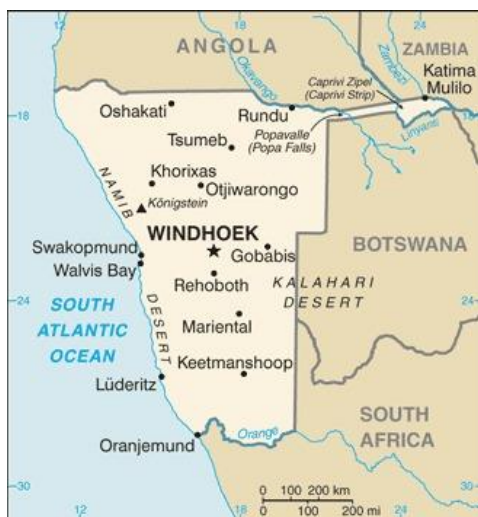
Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

NAMÍBIA



OSTENSIVO

Divisão de África II – DAF II

Setembro de 2021

Sumário

PERFIS BIOGRÁFICOS	3
APRESENTAÇÃO.....	5
RELAÇÕES BILATERAIS	5
POLÍTICA INTERNA	13
ECONOMIA.....	14
POLÍTICA EXTERNA	15
MAPA DA NAMÍBIA	21
DADOS ECONÔMICOS-COMERCIAIS	24

PERFIS BIOGRÁFICOS

HAGE GEINGOB *Presidente da República*



Nascido em 3 de agosto de 1941, Hage Geingob iniciou sua militância ainda jovem. Aos vinte anos, teve de se exilar no Botsuana, onde foi nomeado, em 1963, representante da *South West Africa People's Organization* (SWAPO) – atualmente partido político e antes movimento pró-independência. Em 1964, migrou para os Estados Unidos, onde concluiu a educação superior e obteve título de mestre em Relações Internacionais pela *New School University*, em Nova York. Também em 1964, foi escolhido representante da SWAPO junto às Nações Unidas, posto no qual permaneceu até 1971. Em 1972, foi nomeado oficial de assuntos políticos junto ao Secretariado das Nações Unidas, e em 1975, diretor do Instituto da ONU para a Namíbia. Em 1989, voltou à Namíbia – após 27 anos – para chefiar a campanha da SWAPO nas primeiras eleições independentes do país. No mesmo ano, foi eleito *chairman* da Assembleia Constituinte responsável pela redação da Constituição. Em 1990, tornou-se primeiro-ministro, cargo para o qual foi reeleito em 1995. Em 2002, deixou o cargo e, no ano seguinte, assumiu o secretariado executivo do fórum intergovernamental *Global Coalition for Africa*, baseado em Washington. Em 2007, foi eleito vice-presidente da SWAPO e indicado para o Ministério da Indústria e Comércio. Em 2012, foi reeleito para a vice-presidência do partido e novamente nomeado primeiro-ministro, credenciando-se para a sucessão do presidente Hifikepunye Pohamba nas eleições de 2014. Em novembro de 2014, foi eleito presidente da Namíbia com 86,7% dos votos, maior votação da história do país, sendo reconduzido ao cargo em novembro de 2019, com margem de votos sensivelmente menor, 56,3%.

SAARA KUUNGONGELWA-AMADHILA

Primeira-Ministra



Nascida em 12 de outubro de 1967, na província de Omusati, Saara Kuugongelwa-Amadhila é membro da SWAPO desde 1980. No âmbito de sua militância pela independência da Namíbia, exilou-se em Serra Leoa em 1982, com apenas quinze anos. Graduiu-se em economia pela *Lincoln University* (Pensilvânia, Estados Unidos), em 1994. É membro da Assembleia Nacional da Namíbia desde 1995, ano em que foi designada diretora-geral da Comissão Nacional de Planejamento (órgão ligado à Presidência). Em 2003, foi indicada para o cargo de ministra das Finanças, no qual permaneceu até 2015. Com a eleição de Hage Geingob para a Presidência, foi convidada a ocupar o cargo de primeira-ministra da Namíbia.

NETUMBO NANDI-NDAITWAH
Ministra de Relações Internacionais e Cooperação



Nascida em 1952, a Chanceler Nandi-Ndaitwah ingressou no SWAPO aos 14 anos de idade. Ativa na luta anti-*apartheid* e em favor da independência da Namíbia, exilou-se na Zâmbia (1974-1980) e na Tanzânia (1980-1986). Chefiou o Escritório de Representação da SWAPO em Lusaca. Realizou estudos de pós-graduação em Administração Pública e Gestão, pela Faculdade de Tecnologia de Glasgow (1987). Concluiu mestrado em Estudos Diplomáticos e em Relações Internacionais na Keele University (1989), também no Reino Unido. Assumiu o ministério de Relações Internacionais e Cooperação (MIRCO) em fins de 2012.

MPBAPEUA MUVANGA
Embaixador da Namíbia no



Brasil

Formado em sensoriamento remoto e uso do solo, com pós-graduação em administração. Exerceu as funções de vice-diretor no então Ministério de Terras, Reassentamento e Reabilitação (1990-2005). Na chancelaria namibiana, foi subchefe (2005-2006) e chefe do Protocolo (2006-2014). Foi Alto Comissário da Namíbia em Gaborone (2015-2019). Também exerce atividade privada, como fazendeiro. O embaixador Mbapeua Muvangua é casado com Dina Muvangua, tendo oito filhos.

APRESENTAÇÃO

A República da Namíbia, com área superior a 800 mil km² e população de cerca de 2,5 milhões de habitantes, localiza-se na porção sudoeste do continente africano, banhada pelo Oceano Atlântico. Possui fronteiras terrestres com a África do Sul, ao sul; com o Botsuana, a leste; com Angola, ao norte; e, no extremo nordeste do país, nos limites da região do Zambeze (outrora conhecida como “Faixa de Caprivi”), com a Zâmbia. A cerca de 200 metros da fronteira namibiana com a Zâmbia está o Zimbábue, com o qual oficialmente a Namíbia não possui fronteiras.

A maior parte do território namibiano tornou-se um protetorado do Império Alemão em 1884, tendo permanecido como colônia germânica até o fim da Primeira Guerra Mundial. Em 1920, a Liga das Nações transferiu sua administração para a África do Sul, que impôs suas leis ao novo território, inclusive a política de *apartheid*, em vigor desde 1948. Em 1973, em meio ao processo de descolonização no continente africano, a ONU reconheceu a SWAPO como representante oficial do povo namibiano. Após longa luta contra o governo sul-africano, em 21/03/1990, a Namíbia teve reconhecida sua independência (a cidade portuária de Walvis Bay, no entanto, permaneceu sob controle sul-africano até 1994).

RELAÇÕES BILATERAIS

O governo brasileiro estabeleceu contatos com a SWAPO desde a década anterior à independência da Namíbia (21/03/1990). Sam Nujoma, principal liderança da SWAPO, realizou visita ao Brasil em março de 1987. Dois anos depois, o Brasil abriu Escritório de Observação em Windhoek. No âmbito da ONU, o Brasil apoiou o processo negociador que levou à independência do país.

As relações bilaterais iniciaram-se formalmente ainda em 1990, com a criação da embaixada brasileira na Namíbia, e, em 1991, com a visita oficial do então presidente Fernando Collor de Mello a Windhoek. Ao longo da década de 1990, as relações bilaterais adensaram-se com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval, em 1994, e do Acordo Básico de Cooperação Técnica, em março de 1995.

A década de 2000 representou momento de fortalecimento da relação bilateral. Em 2001, com a assinatura de novo Acordo de Cooperação Técnica, renovou-se o principal instrumento de cooperação entre os dois países. Entre 2003 e 2004, houve duas visitas presidenciais recíprocas e a ida à Namíbia do então chanceler brasileiro.

Logo após sua eleição, em 2004, o presidente Hifikepunye Pohamba afirmou esperar que o relacionamento com o Brasil fosse aprofundado não só em nível político, mas também – e principalmente – no âmbito econômico-comercial. Em março de 2005, o vice-presidente José Alencar visitou a Namíbia por ocasião da posse de Pohamba. Em setembro de 2008, o ministro das Relações Exteriores namibiano, Marco Hausiku, assinou, no Brasil, Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas. No ano seguinte, o presidente Pohamba visitou novamente o Brasil.

Em 2011 e 2012, os então chanceleres de Brasil e Namíbia visitaram-se reciprocamente. Entre os temas abordados, destacaram-se a cooperação naval e o apoio brasileiro ao levantamento da plataforma continental namibiana, bem como a expectativa de que a presença brasileira no país pudesse ser estendida a setores como mineração, beneficiamento de diamantes e modernização do porto de Walvis Bay. A última visita do ministro da Defesa do Brasil à Namíbia ocorreu em 2013, e a última visita de chanceler brasileiro àquele país teve lugar em maio de 2017, oportunidade em que foram tratados temas de cooperação naval e nas áreas de saúde, agricultura e investimentos.

Em 03/11/2020, realizou-se reunião virtual de consultas políticas. A delegação brasileira foi chefiada pelo Senhor SOMEA, e a delegação namibiana, pela Diretora do Departamento de Relações Bilaterais do Ministério de Relações Internacionais e Cooperação (MIRCO), embaixadora Sabine Bölke-Möller. O encontro permitiu que se elencassem inúmeras áreas de conexão no bojo da parceira bilateral, entre as quais se destacaram a escolha de pontos focais para discutir parcerias entre academias diplomáticas e a cooperação em segurança e defesa – a partir da revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

A cooperação em matéria de defesa, e em especial a cooperação naval, constitui tema de grande importância nas relações entre o Brasil e a Namíbia. Em 2009, foi assinado o Acordo de Cooperação em Defesa, que entrou em vigor internacional em agosto de 2011 e serve de base para as relações bilaterais na matéria.

Cooperação naval

A cooperação naval é o principal motor da cooperação bilateral em matéria de defesa. Foi iniciada em 1994, quando da devolução do porto de Walvis Bay à Namíbia pela África do Sul, tendo sido a fragata brasileira "Niterói" o primeiro navio a atracar sob a jurisdição namibiana.

Naquele ano, foi firmado Acordo de Cooperação Naval a fim de prestar apoio à criação e formação da Ala Naval da Força de Defesa da Namíbia; assistência na organização do Serviço de Patrulha Naval; aquisição de meios; e assistência ao desenvolvimento de infraestrutura e suporte logístico à Ala Naval. Este acordo foi revisado em 2001, para, por exemplo, fornecimento de uniformes; construção de meios navais; assessoria técnica para construção da nova Base Naval de Walvis Bay, entre outros.

O Brasil tem exercido importante papel na formação de militares da Marinha da Namíbia, com diversas atividades de intercâmbio e treinamento militar, em territórios brasileiro e namibiano, como: cursos de formação de marinheiros na Base de Walvis Bay; em curso de formação de fuzileiros navais; cursos de especialização em infantaria, para fuzileiros navais, entre outros.

As ações decorrentes do referido acordo permitiram a criação da Marinha da Namíbia, em 2004, e do Corpo de Fuzileiros Navais, em 2016, com a formação de mais de mil militares namibianos, entre oficiais e praças, a partir da realização de cursos no Brasil e na Namíbia e o estabelecimento da Missão de Assessoria Naval e do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais, em Walvis Bay, para assessoria ao Adestramento, Manutenção e Ensino nos âmbitos da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais. Durante sua missão, o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais já formou a quase totalidade da força namibiana, num total de 673 soldados, 194 cabos (com previsão de mais 49, em 2021) e 15 sargentos.

A profundidade da presença brasileira pode ser constatada pelo fato de que todos os postos de comando das forças navais da Namíbia são atualmente ocupados por oficiais treinados no Brasil, o que faz do português língua amplamente disseminada naquela força. Na maioria dos atos solenes a cargo da Marinha do Brasil e de que participam oficiais da Marinha namibiana, o português é a língua de trabalho.

No início de 2020, após dois anos consecutivos sem apresentar candidatos, a Marinha da Namíbia indicou três militares para o Curso de Graduação na Escola Naval (CGEN), voltado para a formação de oficiais, com duração de cinco anos.

Ainda no âmbito da cooperação naval, o Brasil ajudou na coleta de dados da plataforma continental da Namíbia e na elaboração do Relatório de Submissão às Nações Unidas apresentado por aquele país, em 2009, à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC).

Em 2004, o Brasil doou à Marinha da Namíbia a corveta "Purus", rebatizada "NS Lt-Gen Dima Hammambo", e forneceu apoio logístico, assistência técnica e treinamento a toda a tripulação. No mesmo ano, foi assinado acordo para o fornecimento de um navio-patrulha de 200 toneladas e duas lanchas-patrulha, o que resultou na entrega oficial à Marinha da Namíbia, em 2009, do navio patrulha "Brendan Sinbwaye", da classe Grajaú, construído pela Indústria Naval do Ceará (INACE), e de duas lanchas de patrulha da classe Marlim.

Cooperação em matéria de forças terrestres

Em 2013, após a 1ª Reunião Bilateral de Defesa, ocorrida em Windhoek, ficou estabelecida a Cooperação Militar entre os Exércitos do Brasil (EB) e da Namíbia. A partir do ano seguinte, oficiais do Exército brasileiro passaram a ministrar aulas de português aos militares namibianos, com vistas a possibilitar-lhes seguir curso de

treinamento no Brasil. A partir de 2015, oficiais e praças do Exército da Namíbia começaram a cursar os institutos de treinamento militar no Brasil, nos seguintes centros de ensino: Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Academia Militar Agulhas Negras, Escola de Sargentos das Armas e Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas, entre outros.

Em 2020, o "VII Curso Internacional de Língua Portuguesa para Militares das Forças Armadas da Namíbia", com duração de dez meses, conduzido por instrutores do Exército Brasileiro, teve quinze alunos inscritos, entre oficiais e praças, para a preparação de candidatos a diversos outros programas de treinamento a serem ministrados no Brasil.

Ainda no plano da defesa, recorda-se, também, acordo de cooperação celebrado em 2009 entre os Ministérios da Defesa do Brasil e da Namíbia, por meio do qual se pretende (i) promover a cooperação no domínio da defesa, nas áreas da pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos, sistemas e serviços de defesa; (ii) partilhar conhecimentos e experiências adquiridos no campo de operações, na utilização de equipamentos militares de origem nacional e estrangeira, bem como no cumprimento de operações internacionais de manutenção da paz; (iii) partilhar experiências na área de ciência e tecnologia; (iv) promover ações conjuntas de instrução e treinamento militar, exercícios militares conjuntos, bem como a correspondente troca de informações; (v) colaborar em assuntos relacionados a sistemas, softwares e equipamentos militares; e (vi) cooperar em outras áreas do domínio da defesa que possam ser de interesse dos dois países.

É inegável o aspecto central que a pauta de defesa, sobretudo naval, assume nas relações do Brasil com a Namíbia. Seu alcance de longo prazo e sua especificidade temática permitiram que dela se cristalizasse espaço privilegiado de rotinas e de contatos de alto nível, a ponto de gerar os desejáveis resultados concretos.

Cooperação policial

Em março de 2019, o embaixador em Windhoek reuniu-se com o inspetor-geral de Força Policial da Namíbia (NPF), Sebastian H. Ndeitunga, com quem discutiu a possibilidade de explorar eventual cooperação bilateral em âmbito policial. A reunião teve como pano de fundo sinalização da ministra de Relações Internacionais e de Cooperação (MIRCO), Netumbo Nandi-Ndaitwah, quanto ao aprofundamento de discussões sobre o tema.

Ndeitunga transmitiu a expectativa de que a robustez da cooperação naval entre os países – em suas palavras: "*solidified in terms of capacity-building*" – se dissemine para o campo policial, para o que indicou, como passo necessário, a assinatura de Memorando de Entendimento. Apontou a conveniência de que eventual MdE a ser negociado privilegie itens como treinamento e troca de informações. Sugeriu fossem estabelecidas, ainda, metas de curto, médio e longo prazo.

Como resultado desses entendimentos, entre 19/08 e 30/08/2019, policiais namibianos participaram do 23º Ciclo do Programa Internacional de Cooperação Policial – INTERCOPS, oferecido pela Polícia Federal e realizado no Aeroporto de Guarulhos. Na oportunidade, dois policiais namibianos puderam acompanhar aulas

teóricas e práticas, ministradas em língua inglesa, com o objetivo de apresentar as práticas operacionais da Polícia Federal no campo da investigação criminal em aeroportos internacionais, discutir desafios comuns na repressão do crime naquele ambiente e trocar experiências e metodologias de trabalho entre os participantes sobre a repressão ao tráfico internacional de drogas.

Mulheres, paz e segurança

Em outubro de 2019, a Embaixada do Brasil em Windhoek foi consultada sobre a possibilidade de que fossem recebidas mulheres da NPF para treinamento no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), no âmbito da agenda de Mulheres, Paz e Segurança do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Consultado, o Ministério da Defesa informou que haveria possibilidade de realização de estágio específico no Brasil, “desde que os custos de passagens aéreas possam ser arcados por aquele país ou por outra fonte”.

Em junho de 2019, a Namíbia lançou seu segundo *"National Action Plan on Women, Peace and Security"* (NAP). Na ocasião, a ministra das Relações Internacionais e Cooperação, Netumbo Nandi-Ndaitwah, realizou intervenção em que recordou seu papel na coordenação das negociações que levaram à aprovação da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Comprometeu-se a envidar esforços, no âmbito do NAP, para ampliar o percentual de mulheres na corporação militar, atualmente 23%.

Em 01/09/2021, na reunião de despedida do Embaixador José Augusto Andrade da chefia da Embaixada em Windhoek com a chanceler namibiana, Nandi-Ndaitwah, foi feita referência ao estabelecimento, em Windhoek, em 31 de outubro de 2020, do Centro Internacional das Mulheres pela Paz, para o qual o lado namibiano desejaria contar com apoio internacional, oportunidade de cooperação com o Brasil.

COMÉRCIO BILATERAL

A pauta econômico-comercial entre o Brasil e a Namíbia mostra oscilações abruptas no volume anual de trocas. No rol de particularidades, deve-se considerar, ainda, o peso relativo da África do Sul sobre o perfil de circulação de mercadorias na União Aduaneira da África Austral (SACU), tendente a mascarar, para baixo, a participação efetiva dos produtos provenientes do Brasil na economia namibiana.

O retrospecto analítico do comércio bilateral registra períodos em que bens de capital ou industriais de alto valor agregado foram negociados. Em razão do reduzido fluxo de negócios, as aquisições esporádicas de itens como locomotivas, tratores, maquinários ou outros implementos para uso agrícola tendem a elevar, substantivamente, ainda que com incidência pontual, a curva estatística em determinado ano.

O intercâmbio entre os países revela a existência de saldo comercial constante em favor do Brasil – ao menos até 2019 e sem que se considere o impacto de variáveis exógenas. Tal tendência parece explicar-se, de um lado, pela reduzida diversificação na pauta de exportações namibiana e, de outro, pela orientação dos principais exportadores

à Europa e à China, compradores preferenciais de minérios – sobretudo cobre, diamantes, urânio, zinco e chumbo –, carne bovina e pescados.

Em 2019, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 9 milhões, com aumento de 34,3% em relação a 2018.

Em 2020, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 18 milhões (aumento de 97,1% em relação ao período anterior). Nesse período, o Brasil importou US\$ 11 milhões e exportou US\$ 6 milhões, com saldo negativo para o lado brasileiro de US\$ 5 milhões. Tais dados representam movimento incomum, em especial do lado das importações. Explica-os, muito provavelmente, o contexto de impedimentos, por conta da pandemia de COVID-19, para a exportação de produtos aos mercados mais consolidados na pauta namibiana e para a produção de bens localmente.

A lista dos dez principais produtos exportados pelo Brasil em 2020 compõe-se de: i) carnes e miudezas; ii) máquinas mecânicas; iii) vestuário e acessórios, exceto malha; iv) cereais; v) papel e cartão, obras de pasta de celulose; vi) açúcares e produtos de confeitaria; vii) chapéus e artefatos; viii) produtos cerâmicos; ix) móveis e mobiliário; x) instrumentos de precisão. O Brasil ficou na posição 150 entre os exportadores para a Namíbia.

A pauta de exportações concentrou-se, apesar do declínio relativo, em produtos do agronegócio, sobretudo em carnes de aves e miudezas (54%) e arroz (6,2%). No período, nota-se também aumento de produtos industrializados no rol das exportações: maquinário de uso industrial (12%); roupas (8,1%); equipamentos mecânicos (4,2%); e papel e cartão (3,5%).

As principais importações, por outro lado, constituíram-se, no mesmo período, de: i) minérios, escórias e cinzas; ii) sais, terras, cal e cimento; iii) outros artefatos têxteis; iv) máquinas elétricas; v) máquinas mecânicas; vi) sementes e frutos oleaginosos; vii) obras de ferro fundido; viii) instrumentos de precisão; ix) borracha e suas obras. A Namíbia ficou na posição 91 entre as origens das importações brasileiras. 98% do total das importações foram classificados como “outros minérios e concentrados dos metais de base”.

O cômputo de saldo comercial em 2020 favorável à Namíbia refletiria, em leitura superficial, tração nova no movimento comercial entre os países. A excepcionalidade gráfica não pode, porém, ser desconsiderada, à luz das medidas restritivas oriundas da COVID-19 e do conjunto amplo de medidas que muitos países aplicaram, a título emergencial, para suavizar o ciclo epidêmico.

COOPERAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ACADEMIA DIPLOMÁTICA

Na área de cooperação internacional, o Instituto Rio Branco (IRBr) mantém memorandos de entendimento com cerca de 70 países, cujos objetivos principais traduzem-se, geralmente, na participação de jovens diplomatas estrangeiros em dois semestres do Curso de Formação de Diplomatas (CFD) e no envio de diplomatas brasileiros para estudarem em academias diplomáticas estrangeiras. Até o presente,

cerca de 260 diplomatas estrangeiros, oriundos de 50 países, participaram do curso do Instituto Rio Branco.

Os programas de cooperação internacional são executados com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Divisão de África-II (DAF-II), órgãos do Ministério das Relações Exteriores que se encarregam, por exemplo, do custeio das passagens aéreas e das bolsas de estudo dos intercambistas.

Em ocasiões anteriores, as autoridades namibianas manifestaram interesse em enviar diplomatas para cursar do IRBr e na abertura de canais de diálogo sobre formação diplomática para conhecer, em detalhes, como se dá o preparo para o desempenho das atividades profissionais, sua grade curricular e os procedimentos de seleção.

O IRBr está à disposição para cooperar para a instalação de academia diplomática na Namíbia, desde que sejam bem definidas as questões dos objetivos, do financiamento e dos cronogramas a cumprir.

Brasil e Namíbia não possuem memorando de entendimento sobre cooperação entre academias diplomáticas, ou similar. Assinar um instrumento com esse escopo é condição prévia para o desenvolvimento de projetos comuns na área.

O assunto foi tratado na reunião de consultas políticas de novembro de 2020 e reveste-se de importância política doméstica na Namíbia.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

Estudantes namibianos beneficiam-se, desde 2002, da possibilidade de participação no Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G). Atualmente, são dezoito alunos, treze dos quais em Engenharia, quatro em Arquitetura e um em Meteorologia. A maioria deles recebe apoio financeiro do governo namibiano, por intermédio do Ministério dos Transportes e Obras Públicas, para o deslocamento e a manutenção no Brasil.

Desde 2017, contudo, devido ao agravamento das restrições orçamentárias dos órgãos públicos namibianos, foi reduzido o valor do auxílio governamental e suspensa a concessão de novas bolsas. Não sendo o exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) aplicado na Namíbia, os candidatos namibianos selecionados desfrutam da oportunidade de, previamente ao início do curso escolhido, estudar português no Brasil, durante um ano, a título de preparação para o Celpe-Bras.

TEMAS CONSULARES

Estimativas da comunidade brasileira residente e de passagem na Namíbia apontam para 120 pessoas, entre militares, pequenos empresários, membros de igrejas e brasileiros(as) casados(as) com nacionais do país, de acordo com as matrículas consulares. Cabe notar que geólogos, engenheiros, técnicos e mergulhadores brasileiros trabalham para empresas petrolíferas multinacionais, como Total, Shell e Exxon, em plataformas marítimas de prospecção no litoral. Muitos possuem dupla nacionalidade e são deslocados à Namíbia por períodos limitados.

A eclosão da pandemia da Covid-19, com o fechamento das fronteiras namibianas entre março e setembro de 2020, afetou o fluxo de brasileiros de passagem. Da mesma forma, a restrição da oferta de voos internacionais para a Namíbia contribuiu para a expressiva redução do número de visitantes.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação técnica com a Namíbia está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, que foi celebrado em 7 de março de 1995. Atualmente, não existem projetos vigentes com o país.

No entanto, a ABC tem ciência de que, segundo informações da Embaixada do Brasil em Windhoek, há áreas de interesse do governo daquele país para a cooperação técnica: agricultura familiar (cultivo de espécies adaptadas a climas áridos, tanto para consumo humano como animal); combate à malária; comercialização local de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar; e treinamento em segurança presidencial para oficiais da Namíbia.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E EM SEGURANÇA ALIMENTAR

Em razão do agravamento, em 2019, dos períodos de ausência de chuvas que a Namíbia vinha enfrentando em anos recentes, o governo namibiano viu-se obrigado a decretar estado de calamidade e a lançar pedido de apoio à comunidade internacional, prontamente atendido pelo Brasil, com a doação de US\$ 100 mil, efetuada, a título de ajuda humanitária, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA). O montante foi utilizado, por sugestão do PMA, para a aquisição de 29,84 toneladas cúbicas de alimento-suplementar-pronto-para-uso (RUSF, na sigla em inglês), distribuídas em centros de saúde a crianças em estado de desnutrição grave.

A entrega formal da referida doação foi feita, em 3 de fevereiro de 2020, à primeira-ministra Saara Kuugongelwa-Amadhila, cujo gabinete concentrou as iniciativas governamentais de mitigação dos efeitos da seca. A primeira-ministra foi enfática em seus agradecimentos ao governo brasileiro, tendo mencionado que havia sido surpreendida por número muito maior de solicitantes de apoio governamental do que originalmente previsto.

Uma segunda contribuição brasileira foi aplicada, entre outras, em iniciativa de trabalhadores para a manutenção de horta destinada à preparação de sopa a ser distribuída a crianças, mães, mulheres gestantes e puérperas, com vistas à melhoria de seu nível nutricional, inserida no conceito maior de estímulo à produção local de alimentos em instituições de saúde e ensino, com potencial efeito disseminador junto a famílias e pequenos produtores regionais, e agrupada pelo PMA em "projetos integrados para melhoria da disponibilidade e do acesso a dietas nutritivas". A chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah agradeceu reiteradas vezes ao Brasil seu engajamento na promoção da segurança alimentar na Namíbia.

De modo a atender às necessidades nutricionais diárias dos estudantes namibianos, representantes do governo da Namíbia transmitiram a expectativa de conhecer a experiência brasileira de aprimoramento da merenda escolar, a partir de

estímulos à agricultura de pequena escala da região das escolas para a produção e o fornecimento de legumes e frutas frescas para consumo dos alunos.

Em almoço com o embaixador em Windhoek, o novo representante do PMA na Namíbia, George Fedha, mencionou o interesse da chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah em conhecer projeto-piloto, nos moldes do modelo brasileiro, estabelecido pelo PMA no país. Aventou-se, na ocasião, a possibilidade de que venham a ser abertas discussões para eventual cooperação trilateral nessa área.

Interlocutores namibianos fizeram, ainda, referência, em diferentes oportunidades, sobre a possibilidade de cooperação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A existência de centro de pesquisa da Embrapa relacionado especificamente ao desenvolvimento de espécies, tanto para consumo humano como animal, adaptadas ao clima semiárido – a "Embrapa Semiárido", situada em Petrolina, Pernambuco –, despertou particular interesse do governo namibiano.

POLÍTICA INTERNA

INSTITUIÇÕES

Desde que se tornou independente da África do Sul, em 1990, a Namíbia constitui-se como uma república semipresidencialista democrática, fundada no Estado de Direito. Reconhece-se o pluripartidarismo, e eleições diretas presidenciais, parlamentares e provinciais são realizadas regularmente a cada cinco anos. O Poder Legislativo é bicameral, dividido em Assembleia Nacional (câmara baixa, com 72 representantes) e Conselho Nacional (câmara alta, com 26 representantes). O Poder Judiciário opera com independência e o Ministério Público exerce efetivo e permanente controle sobre as ações de governo e sobre as finanças públicas. A Comissão Anticorrupção tem atuado para preservar um ambiente de respeito ao bem público e favorece a formação de um bom clima de negócios.

A Namíbia destaca-se entre os principais investidores africanos na área social. Cerca de 30% do orçamento é destinado à área social, especialmente educação e saúde.

DESDOBRAMENTOS RECENTES

Em 30/11/2019, o presidente Hage Geinbgob foi reeleito, com 56,3% dos votos válidos. O partido Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO, na sigla em inglês) manteve maioria na Assembleia Nacional, ao conquistar 536.861 votos (65,5%), sem o privilégio, porém, do domínio de 2/3 de que usufruiu desde a independência, há trinta anos. Dos 1.358.468 eleitores registrados, 826.198 (60,8%) exerceram o direito de escolher seus representantes – percentual alto, à luz do voto facultativo garantido na legislação local.

Apesar da vitória, os números destoam do êxito absoluto que o partido dirigente obtivera em eleições anteriores. Jamais o chefe do Executivo havia sido eleito com menos de 75% dos votos (92,4% em 2014; 75,2% em 2009; 76,4% em 2004; 76,8% em 1999; e 76,3% em 1994). É também inédito o percentual de votação que o SWAPO colheu para a Assembleia Nacional (havia sido de 85,1% em 2014; 74,2% em 2009; 75,8 em 2004; 76,1% em 2004; 76,1% em 1999; e 73,8% em 1994), o que significou, pela primeira vez, a perda da maioria qualificada.

Trata-se de cenário político novo, talvez impulsionado por questões sociais.

Deve-se notar, também, a ascensão de Panduleni Itula no espectro político. O dissidente do SWAPO – dentista de profissão – foi a escolha de 242.657 namibianos (29,4%) no último pleito, havendo capitaneado candidatura independente e longe dos espaços tradicionais da mídia. Mesmo em contexto de adversidades várias, Itula sagrou-se vitorioso no departamento de Khomas, onde se encontra a capital, e no do Erongo, com 50% e 48% dos votos, respectivamente (o atual mandatário alcançou 35% em ambas as regiões). Venceu, portanto, em Windhoek, maior colégio eleitoral do país, e nas cidades litorâneas de Swakopmund e Walvis Bay, as quais reúnem, nessa ordem, o terceiro e o quarto maior número de eleitores.

As eleições distritais, 25 de novembro de 2020, também puseram em xeque a predominância do SWAPO, apesar da vitória do partido na maioria dos municípios. Na votação para os conselhos regionais, o SWAPO contabilizou 292.772 votos, correspondentes a 56,7% dos que participaram do sufrágio. Os números situam-se em patamares bem inferiores aos percentuais obtidos nas eleições de 2015 e de 2010, quando o partido alcançara, respectivamente, 83% e 78% das preferências. Os partidos opositores passaram a constituir a força representativa dominante nos departamentos do Erongo (*Independent Patriots for Change*); de Hardap (*Landless People's Movement*); de Karas (*Landless People's Movement*); e do Kunene (*Popular Democratic Movement*).

ECONOMIA

No plano econômico, o triênio 2019-2021 trouxe muitas adversidades. A pandemia de Covid-19 solapou os fundamentos socioeconômicos de um país que iniciou 2020 já fragilizado pelos efeitos da seca de extremas proporções no decorrer de 2019, e pelo insistente ciclo recessivo, ininterrupto desde meados de 2015. Nessas condições, os motores geradores de renda tradicionais, ao longo de toda a cadeia produtiva, foram submetidos a choque adicional, com grave impacto no índice de desemprego, que ultrapassou 40% na população ativa, devendo chegar a 50% entre os jovens em 2021.

Estimativas oficiais apontam que, ao fim do exercício financeiro de 2020, a produção de bens e serviços no país retroagiu a patamares de 2013. Considerando o cenário mais otimista, espera-se que o montante produzido pelo país em 2015 seja retomado somente em 2024. Sob intensa desmobilização do parque produtivo, por conta das medidas para contenção da Covid-19, o Ministério das Finanças namibiano publicou relatório atualizado – de agosto de 2021 – sobre o declínio do PIB em 2020, que atingiu 8,5%. As perspectivas para 2021 pouco trazem de alvissareiro.

Comércio exterior da Namíbia

De acordo com os dados mais atuais da Agência de Estatísticas da Namíbia (NSA, na sigla em inglês), a corrente de comércio na Namíbia movimentou NAD 197 bilhões (USD 12,7 bilhões) em 2020, cifra 3,7% inferior ao valor registrado em 2019. Daquele montante, NAD 88,7 bilhões (USD 5,7 bilhões) resultaram das exportações e NAD 108,3 bilhões (USD 6,9 bilhões), das importações. Estruturalmente, os números

comprovam padrão deficitário. Em 2020, observou-se déficit de NAD 19,6 bilhões (USD 1,2 bilhão), pouco abaixo dos NAD 20 bilhões (USD 1,3 bilhão) registrados em 2019. A participação da África do Sul no comércio namibiano é significativa. Do lado das importações, os artigos sul-africanos, na primeira colocação, representaram 38,1% do total importado pela Namíbia em 2020.

Políticos, estudiosos e agentes econômicos locais acalentam o desejo de que a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), em vigor desde 1º de janeiro de 2021, possa oferecer, a um só tempo, maior amplitude nas opções comerciais do país e maior densidade nas redes logísticas de comércio a partir do porto namibiano de Walvis Bay.

POLÍTICA EXTERNA

LINHAS GERAIS

Desde a independência, a política externa namibiana tem sido marcada por uma participação construtiva do país em fóruns multilaterais, como as Nações Unidas, a União Africana, a União Aduaneira da África Austral (SACU), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Movimento Não-Alinhado.

Premissa no mapa estratégico da chancelaria namibiana, o multilateralismo tem no contexto regional um de seus principais pilares. Conforme terminologia elaborada pelo ex-presidente Hifikepunye Pohamba, haveria seis círculos concêntricos dentro dos quais a Namíbia busca movimentar-se no plano externo, quais sejam as Nações Unidas, a União Africana, a Commonwealth, a SADC, a SACU e, recentemente, a Zona de Livre Comércio Africana (AfCFTA, na sigla em inglês). No entorno regional, o país parece encontrar sua expressão nacional na construção de consensos, sobretudo nos foros de discussão da SADC.

O governo namibiano também tem mantido relações estreitas com países que o ajudaram materialmente durante as lutas pela independência, como Cuba, China e Rússia.

Ressalte-se a preocupação do governo com a formação e atualização dos quadros diplomáticos. Os namibianos orgulham-se da experiência negociadora internacional acumulada pelos seus líderes ao longo da luta pela emancipação política do país. Anualmente, os chefes de missão diplomática são chamados à capital, a fim de atualizarem-se acerca dos principais projetos e programas nacionais.

Em seu discurso na 75ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 23/09/2020, o presidente Hage Geingob não escapou da linha mestra de continuidade histórica da política externa da Namíbia. O multilateralismo ascendeu, uma vez mais, ao estatuto de premissa conceitual, a partir do que se iluminam os caminhos de atuação do país no contexto externo.

A chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah goza de reconhecida reputação na ONU, por ter ela capitaneado, como mencionado, a edição da resolução 1325 do Conselho de Segurança – "*Women, Peace and Security*", aprovada em 31/10/2000 –, à época sob a presidência da Namíbia. A Namíbia distingue-se de muitos países por terem as suas

principais lideranças políticas vivência no sistema onusiano, por valorizarem as práticas e iniciativas multilaterais e por prestigiarem a atuação em foros regionais.

Entre as linhas conceituais desenvolvidas ou acolhidas pela Namíbia em âmbito regional se destacam, dentre outros temas, em elenco não exaustivo:

- o respeito às normas internacionais e a primazia às iniciativas multilaterais;
- a noção de "solidariedade africana" e a promoção de união continental;
- a busca de soluções negociadas para impasses ou conflitos regionais;
- a imanência dos ideais de paz e de segurança, como pressupostos necessários ao crescimento e ao desenvolvimento;
- a valorização das "credenciais democráticas";
- o não-alinhamento, assim como – para país que se libertou há poucas décadas da ocupação externa – a filiação ideológica aos principais países que o ajudaram nesse combate e a promoção da autodeterminação dos povos;
- o favorecimento da institucionalização nos foros de concertação política;
- o apoio às iniciativas de integração comercial, com expectativa de ganhos de escala da produção nacional com o aprimoramento das trocas no mercado internacional;
- o patrocínio e respaldo às discussões para aperfeiçoamento da matriz energética;
- a priorização de ações voltadas à segurança alimentar, à garantia de recursos hídricos e à mudança do clima; e
- o reconhecimento da temática de gênero, com ênfase no empoderamento feminino e na perspectiva de equidade.

ÁFRICA

A Namíbia é tradicional defensora da união continental. O governo reconhece o apoio da Organização da Unidade Africana (OUA), predecessora da União Africana (UA), na luta pela independência do país. Como entusiasta da integração regional, o país tem tido papel de destaque na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), cuja presidência rotativa exerceu nos biênios de 2010-2011 e 2018-2019, e na União Aduaneira da África Austral (SACU). Em julho de 2018, a Namíbia firmou o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA), ratificado em 31/01/2019.

Com efeito, a UA é considerada eixo formador da diplomacia namibiana, que, em seu seio, tem concentrado sua atuação no apoio à integração econômica, por meio

do AfCTA, e na implementação de políticas de desenvolvimento e erradicação à pobreza, como a Agenda 2063.

Em junho de 2016, a Namíbia assinou - conjuntamente com Botsuana, Lesoto, Moçambique, África do Sul e eSwatini, todos membros da SADC, Acordo de Parceria Econômica (APE) que lhe permite livre acesso ao mercado da União Europeia.

A Namíbia entende que se devem buscar soluções africanas para problemas africanos. Ancorado neste princípio, o governo condenou a intervenção na Líbia e considera que a decisão teve efeito direto sobre os desdobramentos no Mali. Opõe-se energicamente a toda tentativa de mudança de governo pela força e de alteração das fronteiras reconhecidas pela União Africana. A Namíbia é também defensora histórica da independência da autodenominada República Árabe Saaraui Democrática (RASD), tendo recebido, no fim de maio de 2018, com honras de Chefe de Estado, o senhor Brahim Gali, líder saaraui, em visita a Windhoek.

ZIMBÁBUE

Em seu discurso na 75ª AGNU, o presidente namibiano denunciou as sanções econômicas que continuam a ser aplicadas sobre o Zimbábue, pontuando que, entre outros impeditivos, aquelas medidas têm obstaculizado o enfrentamento satisfatório da pandemia no "país irmão". A passagem revela que o africanismo, como se sabe, é peça importante no tabuleiro de movimentações políticas da Namíbia.

REPÚBLICA ÁRABE SAARAUÍ DEMOCRÁTICA (RASD)

Outra tradicional vertente de sensibilidade na atuação externa da Namíbia no continente se vincula, nos tempos atuais, ao apoio à autodeterminação da autodenominada República Árabe Saaraui Democrática (RASD).

COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

O fato de constituir órgão de alcance assumidamente político, para o que se conjugam leque mais dinâmico de pautas temáticas e volume heterogêneo de vozes, empresta à SADC estatura especial na realidade namibiana. Convém recordar que o país sediou, na capital Windhoek, em 17/08/1992, a Cimeira de chefes de Estado e de Governo que fundou aquele foro. O tratado que o instituiu propiciou maior adensamento normativo e afinamento de propósitos ao órgão intergovernamental precedente, a SADCC ("*Southern African Development Coordination Conference*").

No fórum, convém mencionar que o país tem postura propositiva histórica sobre temas securitários e relacionados à democracia.

A perspectiva logística mereceu do mandatário namibiano o devido realce durante a presidência namibiana da Comunidade. Na oportunidade, Hage Geingob valorizou os aportes da SADC para o desenvolvimento de rodovias e portos na região – aspecto que mereceu também o registro da Ministra de Relações Internacionais e Cooperação (MIRCO) da Namíbia, Nandi-Ndaitwah em entrevista veiculada pela mídia local – com efeitos que oportunamente se podem multiplicar, inclusive junto aos países sem acesso ao mar (como o "porto seco" do Zimbábue em Walvis Bay, construído ao custo de N\$ 50 milhões – ou US\$ 3,5 milhões).

ÁFRICA DO SUL

As relações com a África do Sul são estreitas, apesar da excessiva dependência econômica de Windhoek em relação a Pretória. A África do Sul é o principal parceiro comercial da Namíbia. É também o principal investidor na Namíbia, notadamente nos setores minerador, bancário e de seguros. A África do Sul fornece metade da energia elétrica e do petróleo consumido pelo país vizinho. O presidente Hage Geingob compareceu às exéquias de Winnie Mandela, em Soweto, em abril de 2018, quando convidou a primogênita dos Mandela a receber, em Windhoek, a comenda civil que o presidente namibiano havia conferido a Winnie em 2016 – pois a homenageada não pudera comparecer na ocasião.

ANGOLA

As relações com o governo de Luanda são consideradas particularmente importantes, refletindo as ligações estreitas entre a SWAPO e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Entre 1976 e 1985, Luanda foi sede do quartel-general do movimento independentista namibiano.

O governo namibiano tem expressado reiteradamente sua disposição de estreitar vínculos com o governo angolano, considerados estratégicos, de forma a reduzir a dependência econômica da Namíbia em relação à África do Sul. Em maio de 2018, o presidente angolano João Lourenço visitou a Namíbia e tomou parte na solenidade em memória do 40º aniversário do massacre de Cassinga, quando forças da África do Sul atacaram o campo de refugiados localizado no sul de Angola, matando cerca de 600 namibianos e 300 angolanos. Tropas cubanas prestaram os primeiros socorros e evacuaram os feridos, tendo acolhido dezenas de órfãos namibianos a quem foram oferecidos estudos até que pudessem retornar ao país – sendo uma das ações que contribuem para o imenso prestígio de Cuba junto ao governo da Namíbia. Durante a visita, João Lourenço anunciou que o banco de Angola liberaria montante de cerca de US\$ 51 milhões referentes ao acordo de conversão cambial firmado entre os dois países em 2014, o que representa ajuda significativa para o combalido estado das contas externas da Namíbia. Angola e Namíbia firmaram acordo sobre o uso comum do rio Cunene e projeto de construção de uma usina hidrelétrica (Baynes) na região fronteiriça, com capacidade de 600 MW.

O presidente João Lourenço ainda se fez presente na cerimônia de posse do presidente Hage Geingob, em março de 2020, apesar das medidas de suspensão de voos internacionais partindo de Angola, por causa da pandemia de Covid-19.

ALEMANHA

As relações entre a Namíbia e a Alemanha têm caráter especial. Antiga metrópole, a Alemanha ainda se faz presente na língua e em prédios e monumentos construídos no período colonial.

Os países têm disputa histórica referente ao pedido namibiano de compensações do governo alemão, em razão do genocídio perpetrado contra os povos autóctones herero e nama. O processo dos chamados “*Genocide Talks*” é dificultado, na origem, pelo fato de Berlim não reconhecer oficialmente as ações do governo colonial alemão como genocídio, a despeito das inúmeras comprovações históricas da campanha de

extermínio racial implementada notadamente entre 1904 e 1907, que levaram à morte cerca de 100.000 hereros e namas.

Atualmente, a Alemanha busca intensificar as relações comerciais e a cooperação para o desenvolvimento com a Namíbia, inclusive por meio de investimentos na infraestrutura social e econômica do país. O país é o principal beneficiário per capita da assistência ao desenvolvimento prestada pela Alemanha ao continente africano.

CHINA

Parceira histórica na época da luta pela independência, a China é uma clara prioridade política na agenda namibiana. A presença chinesa é considerável e expandiu-se constantemente nos últimos anos. Apesar da pouca relevância do mercado namibiano, a China parece atentar para a imagem da Namíbia como parceiro confiável e dotado de expressiva riqueza em recursos minerais. O urânio namibiano, em particular, tem despertado o interesse chinês. Em abril de 2017, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Zhang Ming, foi ao país para manter encontros com o presidente Hage Geingob e a chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah. O vice-ministro chinês prometeu doar US\$ 2,9 milhões para fundo de combate às secas e condenou a participação de chineses na caça ilegal de rinocerontes no país, que vem recebendo destaque da imprensa local.

Em março de 2018, o presidente Hage Geingob realizou visita de Estado à China, acompanhado de comitiva de 23 ministros de estado, governadores e mais de 60 empresários, com objetivo de atrair mais investimentos chineses para fomentar o desenvolvimento da Namíbia.

Em setembro de 2019, o embaixador chinês em Windhoek descreveu as relações diplomáticas entre China e Namíbia como “uma das melhores no continente africano”. Ressaltou a cooperação em ciência espacial entre os dois países, no âmbito do qual astronautas chineses visitaram o país e o presidente Geingob compareceu ao Centro de Controle Aeroespacial de Pequim.

Em novembro do mesmo ano, o presidente Geingob recebeu a vice-primeira ministra chinesa Sun Chunlan. Na ocasião, o mandatário namibiano declarou que seu país promoverá ativamente a iniciativa “*Belt and Road Initiative*” (BRI) e dela participará.

REFORMA DA ONU

A Namíbia segue a posição da União Africana no que se refere à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Em relação ao processo negociador, vê com resistências a proposta de arranjo intermediário, não aceitando “assentos de segunda classe” para a África. O país expressou apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU em junho de 2004, por ocasião da visita do então Presidente Sam Nujoma a Brasília.

Ao proferir discurso na 75ª sessão da AGNU, o presidente Geingob ressaltou, na sessão de debates gerais da AGNU, a necessidade de reformulação dos critérios de representatividade no seio do Conselho de Segurança, de forma a torná-lo mais apto

para lidar com as complexas questões contemporâneas. Para o chefe de Estado namibiano, é inaceitável que um país africano não represente o continente nas instâncias decisórias daquele órgão. O mandatário reafirmou, nesse sentido, o compromisso e apoio da Namíbia aos princípios do Consenso de Ezulwini e da Declaração de Sirte, para a representação do continente no CSONU.

Cabe recordar que, desde outubro de 2020, a Namíbia sedia o Centro Internacional das Mulheres pela Paz.

DAF II, 13/09/2021

MAPA DA NAMÍBIA

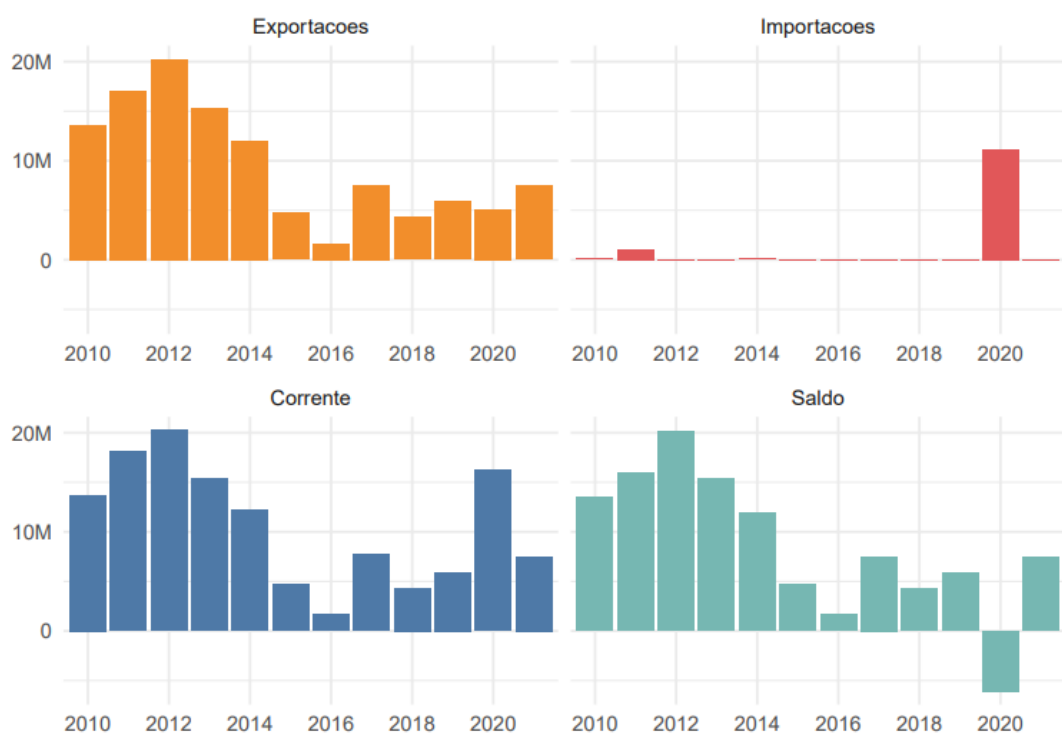


DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República da Namíbia
GENTÍLICO:	Namibiano
CAPITAL:	Windhoek
ÁREA:	823.290 Km ²
POPULAÇÃO (2020):	2,53 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Inglês (oficial), africâner, alemão e línguas nativas (Oshivambo, Herero, Nama, etc)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãs, sobretudo luterana (50%) e religiões tradicionais africanas (10 a 20%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Hage Geingob (desde mar/2015, reeleito em novembro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Saara Kuugongelwa-Amadhila (desde mar/2015)
CHANCELER:	Netumbo Nandi-Ndaitwah (desde dez/2012)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2020):	US\$ 10,7 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2020):	US\$ 23,83 bilhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (2020)	US\$ 4.211
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2020)	US\$ 9.382
VARIAÇÃO DO PIB	-7,98% (2020); -0,6% (2019); +1,1% (2018); -1,02% (2017)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018):	0,645 (130º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	63,37 anos
ALFABETIZAÇÃO (2018):	91,5%

ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021):	40%
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar namibiano
EMBAIXADOR EM WINDHOEK:	A ser designado
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Mbapeua Muvanga (desde janeiro de 2021)

DADOS ECONÔMICOS-COMERCIAIS

Brasil–Namíbia, Fluxo de Comércio agregado até Agosto

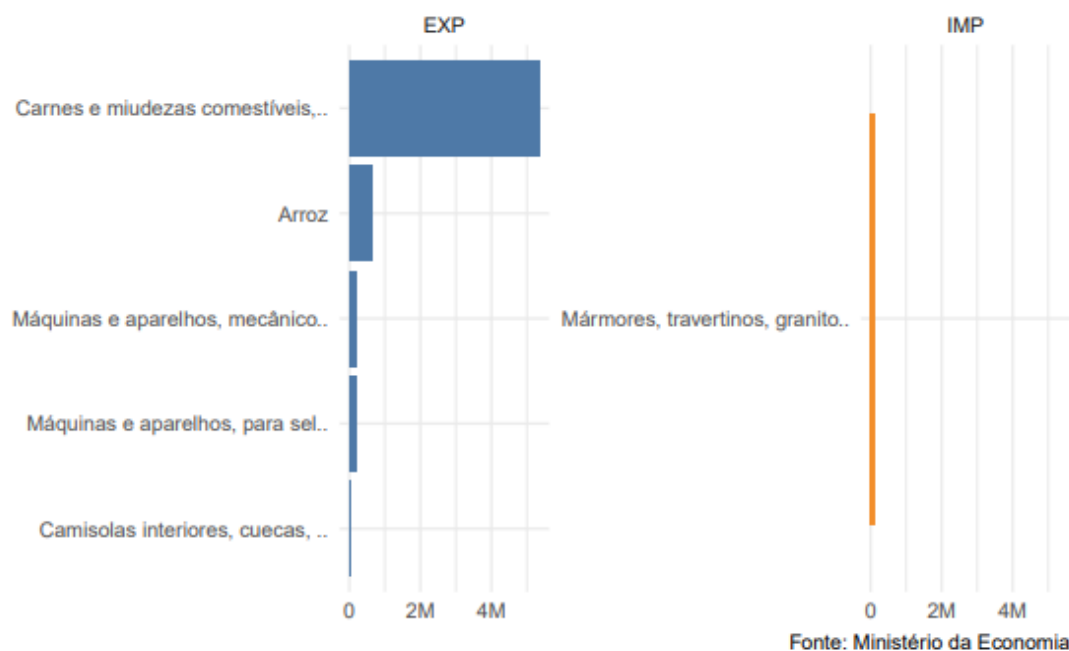


Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	7M (48.0%)	5M (-14.0%)	6M (36.3%)	4M (-43.2%)	8M (354.1%)
Importacoes	48K (-99.57%)	11M (22 908.27%)	49K (10.26%)	44K (-53.25%)	94K (159.47%)
Saldo	7M (20.7%)	-6M (-205.7%)	6M (36.5%)	4M (-43.1%)	7M (358.4%)
Corrente	8M (-53.7%)	16M (174.6%)	6M (36.0%)	4M (-43.4%)	8M (350.0%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	2M (-64.6%)	5M (-60.8%)	12M (-21.3%)	15M (-24.2%)	20M (18.5%)
Importacoes	36K (3 044.56%)	1K (-99.04%)	120K (467.01%)	21K (-59.64%)	53K (-95.11%)
Saldo	2M (-65.4%)	5M (-60.5%)	12M (-22.0%)	15M (-24.1%)	20M (26.1%)
Corrente	2M (-63.8%)	5M (-61.2%)	12M (-20.6%)	15M (-24.3%)	20M (11.8%)

Brasil–Namíbia, pauta comercial, 2020



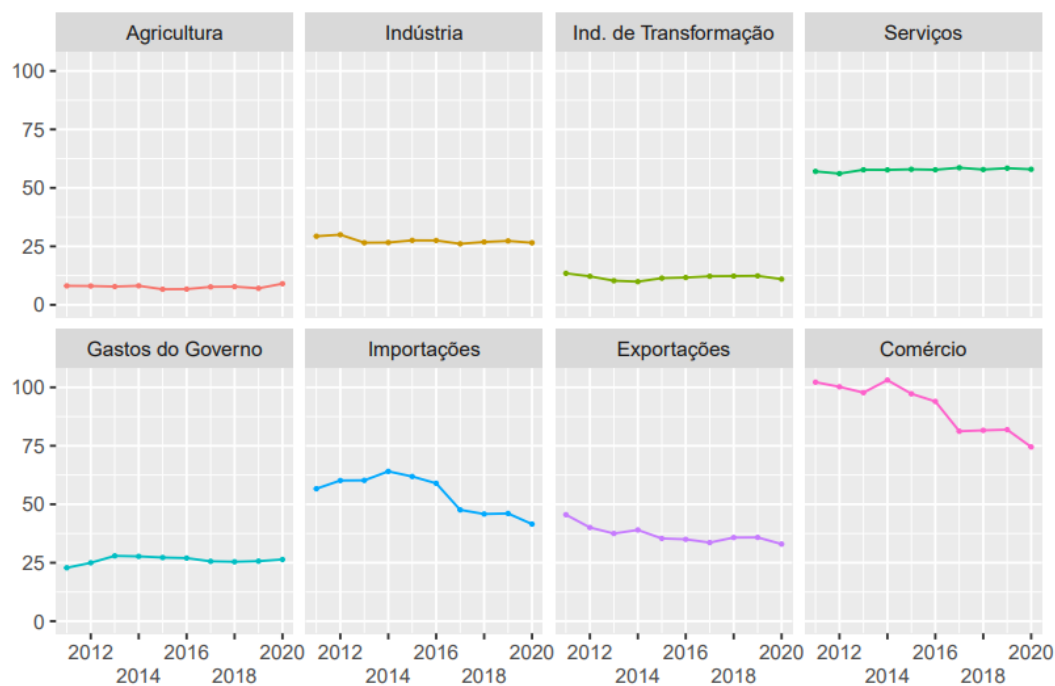
Brasil-Namíbia, Dados Comerciais

Dados Anuais						
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção
2020	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	3.48M	-34,9%	54,1%
		Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própri..	8479	515.33K	132,5%	8,0%
		Arroz	1006	347.28K	-44,0%	5,4%
		Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, ..	8474	253.31K	50,1%	3,9%
		Camisolas interiores, cuecas, ceroulas, camisas de..	6207	250.30K	1 215,4%	3,9%
	IMP	Mármore, travertinos, granitos belgas e outras pe..	2515	106.98K	-27,7%	1,0%
		Máquinas automáticas para processamento de dados e..	8471	12.88K	146,1%	0,1%
2019	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	5.35M	38,3%	61,0%
		Arroz	1006	619.68K	39,4%	7,1%
		Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própri..	8479	221.65K	-30,8%	2,5%
		Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, ..	8474	168.80K	-11,1%	1,9%
	IMP	Mármore, travertinos, granitos belgas e outras pe..	2515	147.96K	-15,5%	75,1%
2018	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	3.87M	4,6%	58,6%
		Arroz	1006	444.67K	13,9%	6,7%
		Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, ..	8474	189.93K	-5,3%	2,9%
	IMP	Máquinas automáticas para processamento de dados e..	8471	5.24K	74,0%	9,8%
2017	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	3.70M	367,5%	33,3%
		Arroz	1006	390.26K	-8,2%	3,5%
		Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própri..	8479	320.33K	100,2%	2,9%
		Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, ..	8474	200.48K	11,5%	1,8%
	IMP	Mármore, travertinos, granitos belgas e outras pe..	2515	175.18K	147,8%	72,7%

Brasil-Namíbia, Dados Comerciais

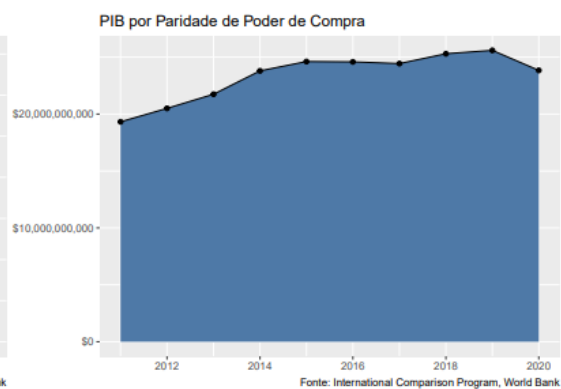
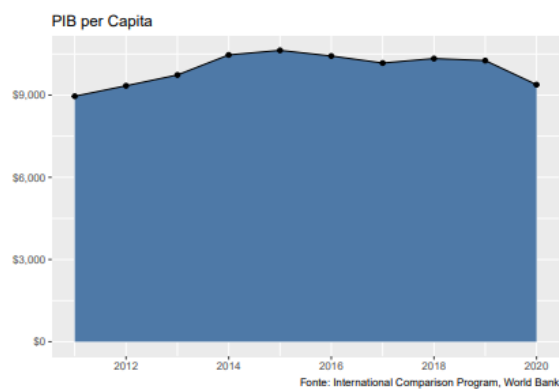
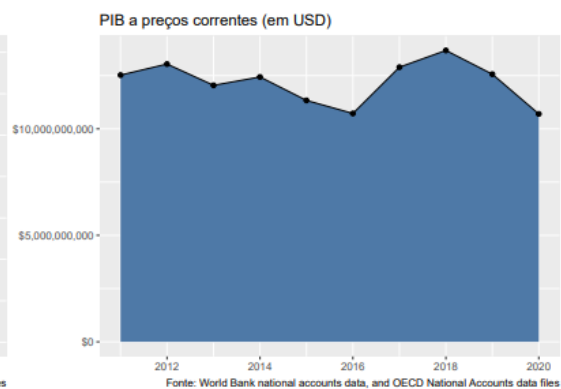
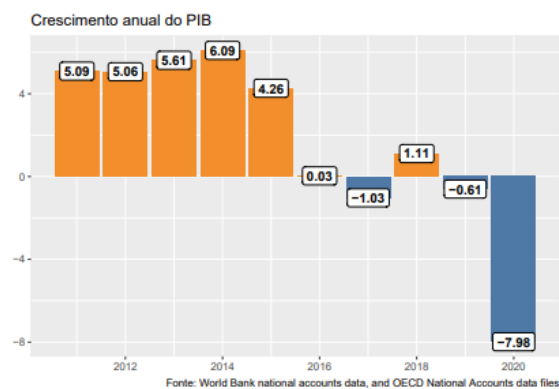
2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	6.4M	100,0%
	Outros Produtos	2.5K	0,0%
IMP	Indústria Extrativa	11.1M	98,7%
	Indústria de Transformação	140.3K	1,2%
	Agropecuária	8.8K	0,1%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS BASICOS	4.0M	61,7%
	PRODUTOS MANUFATURADOS	2.5M	38,3%
IMP	PRODUTOS BASICOS	11.1M	98,8%
	PRODUTOS MANUFATURADOS	140.3K	1,2%
Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS DE CONSUMO (BC)	4.7M	73,0%
	BENS DE CAPITAL (BK)	1.3M	20,3%
	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	431.5K	6,7%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	11.1M	99,1%
	BENS DE CONSUMO (BC)	69.1K	0,6%
	BENS DE CAPITAL (BK)	27.1K	0,2%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	4.1M	64,3%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	1.3M	20,2%
	OBRAS DIVERSAS	720.4K	11,2%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	278.9K	4,3%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	89.0	0,0%
IMP	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	11.1M	98,8%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	98.1K	0,9%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	40.9K	0,4%
	OBRAS DIVERSAS	1.4K	0,0%

Estrutura da Economia em Proporção do PIB

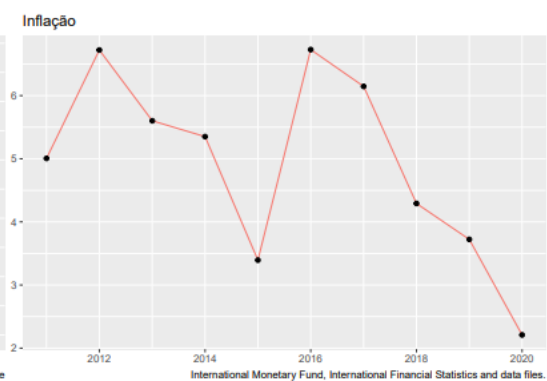
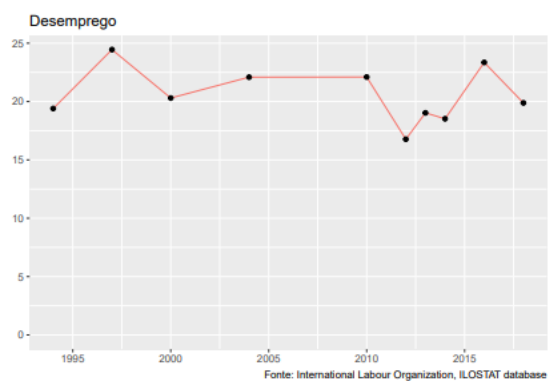


Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Produto Interno Bruto

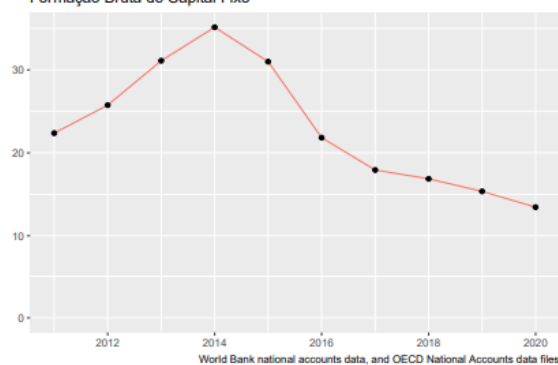


Indicadores de Inflação e Desemprego

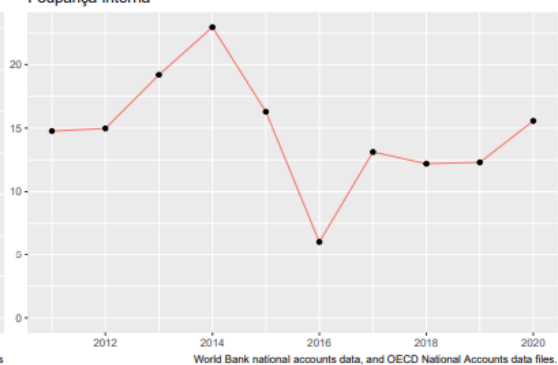


Indicadores de Investimento

Formação Bruta de Capital Fixo



Poupança Interna

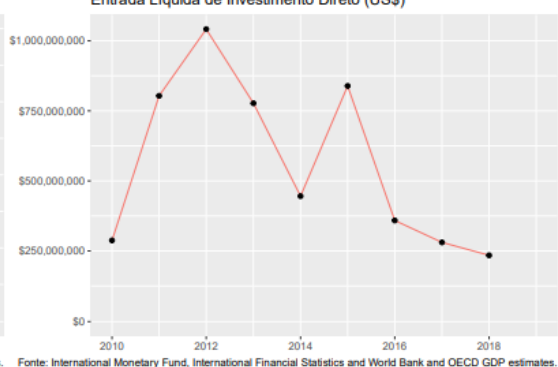


Fluxo de Investimentos

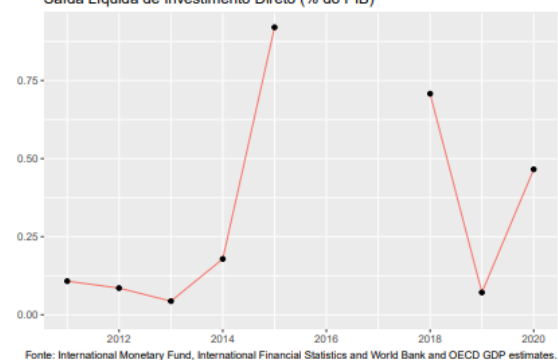
Entrada Líquida de Investimento Direto (% do PIB)



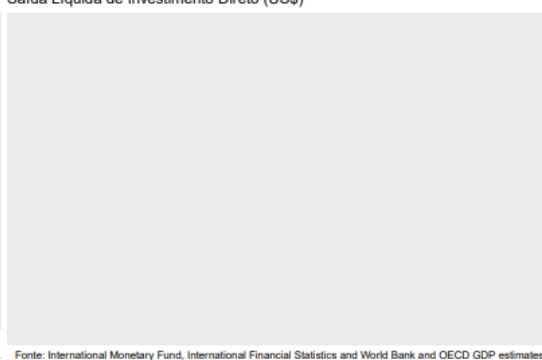
Entrada Líquida de Investimento Direto (US\$)



Saída Líquida de Investimento Direto (% do PIB)



Saída Líquida de Investimento Direto (US\$)



Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.